

Trabalho apresentado no 26º CBCENF

Título: ELETROCONVULSTERAPIA (ECT)
Relatoria: Giovana da Silva de Salles
Autores: Pedro Henrique Desidério da Silva
Modalidade: Pôster
Área: Eixo 1: Assistência, gestão, ensino e pesquisa em Enfermagem
Tipo: Pesquisa

Resumo:

INTRODUÇÃO A eletroconvulsoterapia (ECT) supostamente é usada para tratar transtornos mentais graves, mas sua eficiência e segurança são questionadas. Além dos efeitos colaterais conhecidos, como perda de memória, surgem preocupações sobre a produção de morte não rastreada durante o tratamento. A falta de monitoramento rigoroso e a possibilidade de complicações não detectadas levantam questões sobre a adequação da ECT, destacando a necessidade de mais pesquisa e revisão dos protocolos de segurança para a extinção desta prática. **OBJETIVOS** Examinar a produção de conhecimento sobre eletroconvulsoterapia (ECT) nas décadas de 2000 a 2020, identificar vieses e erros nos estudos da época, avaliar a consistência das evidências com dados recentes e recomendar práticas para melhorar a pesquisa e aplicação da ECT em conformidade com os princípios da Lei Federal 10.216/2001 e do SUS. **MÉTODOS** A metodologia envolve a revisão sistemática de artigos publicados sobre eletroconvulsoterapia (ECT) entre 2000 e 2020. Foram selecionados estudos que abordam eficácia e segurança da ECT, com foco em possíveis vieses e erros metodológicos. A análise crítica incluirá a comparação dos resultados encontrados com os dados atuais, destacando inconsistências e falhas na produção do conhecimento. A abordagem seguirá diretrizes de revisão sistemática para garantir rigor e validade. **RESULTADOS** Os resultados mostram que o conhecimento sobre a eletroconvulsoterapia (ECT) foi influenciado por vieses significativos durante sua intensa pesquisa nas décadas de 1980 a 2000. A análise revela que as pesquisas subsequentes falharam em corrigir esses erros, reforçando conclusões pré-existentes. Recomenda-se aderir estritamente à Lei Federal 10.216/2001 e aos princípios da Saúde Coletiva e do SUS para garantir que decisões sobre tratamentos intrusivos não sejam dominadas por corporações ou interesses específicos. **CONCLUSÃO** A discrepância entre as taxas de mortalidade reportadas e os dados analisados sugerem uma subestimação dos riscos reais associados ao tratamento. A falta de transparência e o monitoramento inadequado levantam preocupações sobre a eficácia da ECT, reforçando a necessidade de uma revisão mais rigorosa dos protocolos e da coleta de dados.